

Turismo Sustentável e Alívio à Pobreza (TS-AP): Avaliação de Impacto em Destinos Turísticos

Arcabouço Geral

1. Introdução.

O mercado do turismo possui uma particularidade, tendo em vista a sua grande interação, direta ou indireta, com diferentes outros mercados (trabalho, serviços, bens, cultura, crédito etc). O consumidor de um destino turístico demanda do produtor e das suas respectivas localidades os mais diferentes tipos de capital (natural ou ambiental, cultural, humano, físico, social, digital). E, nesse caso, avaliar a disponibilidade ou oferta e a demanda desses capitais, os eventuais impactos sobre a disposição desses ativos, requer a definição de um marco de referencia ou conceitual, bem como um esforço analítico sobre inúmeras variáveis que estariam integradas à atividade turística, ou melhor, à indústria do turismo, como poderíamos chamá-la em virtude dessa ampla integração com os demais setores da economia.

A combinação desses diferentes tipos de capitais dá origem à aquilo que no presente trabalho denominaremos *capital turístico*. Por exemplo, um turista quando toma a decisão a respeito de um destino, avalia a presença de diferentes capitais na localidade: humano (bom atendimento pessoal, fácil comunicação - idiomas, hospitalidade, ambiente salubre), ambiental (paisagens, flora, fauna, atrativos naturais), físico (infraestrutura, entretenimento, ambiente confortável), cultural (musica, arte, costumes, religião etc), social (pobreza, água potável, esgoto, policiamento, segurança) e econômico (preço, câmbio, juros e credito).

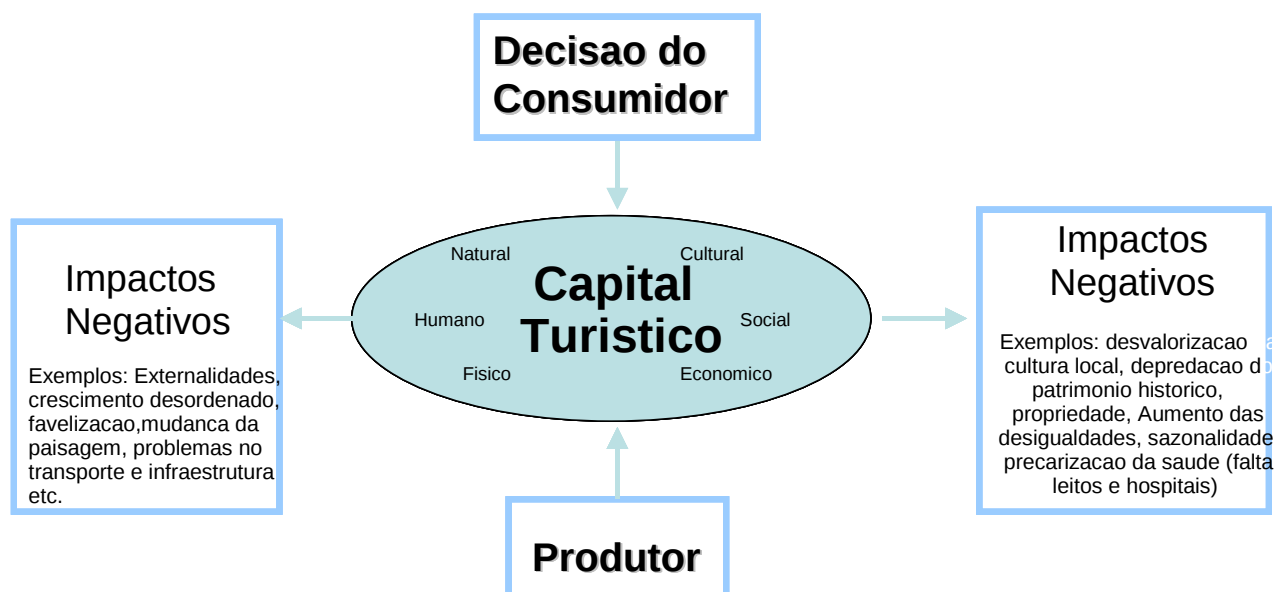
Outro ponto importante é que tanto o consumo desses bens quanto a produção causam impactos nesses ativos, podendo proporcionar o acúmulo ou a depreciação dos estoques dos capitais mencionados. Em geral, o consumo turístico traz ganhos sociais às localidades, uma vez que são inúmeros os impactos no mercado de trabalho, na geração de renda e redução da pobreza. Entretanto, o consumo turístico também gera impactos negativos. Por exemplo, o consumo de atrativos naturais, sem a devida consciência

ecológica, pode gerar externalidades negativas, ou seja, custos ambientais que o consumo privado impõe à toda a sociedade; interações culturais podem descaracterizar a cultura local que, por outro lado, pode ser o principal atrativo turístico de uma localidade - o resultado seria o esvaziamento cultural e conseqüentemente a redução do consumo turístico; o crescimento desordenado nos locais turísticos; problemas de infraestrutura; favelização e insegurança da população.

Outra perspectiva importante é que os ganhos monetários proporcionados pela atividade turística também podem ser mais ou menos igualitários, com maior intensidade no grupo de grandes empreendedores de fora em detrimento da população local de baixa renda. O mesmo fato acontece no mercado de trabalho, ou seja, uma maior utilização da mão de obra migrante qualificada ou não, em detrimento da nativa. No lado da oferta de bens turísticos, os impactos negativos são imediatos. Novos empreendimentos podem causar problemas ambientais, mudanças na paisagem ou no capital natural, dentre outros impactos. Outros exemplos estão ligados ao inchamento da população residente local e da população flutuante, este associado a movimentos sazonais típicos da atividade turística, gerando gargalos na capacidade de esgotamento sanitário, na oferta de água potável, deficiência no transporte e na oferta de serviços hospitalares (poucos leitos, procedimentos) entre outros.

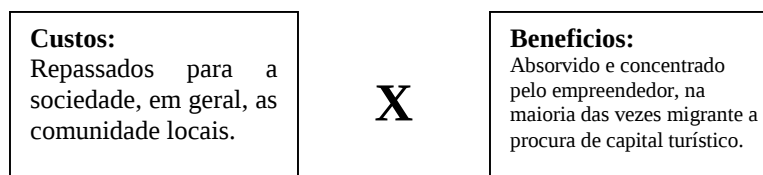
O esquema na figura 1 exemplifica algumas interações da indústria do turismo com as diferentes variáveis.

Figura 1.1: O mercado do turismo e alguns impactos negativos



Em algumas localidades turísticas, o fato gerador da oferta turística tende a se apartar dos problemas locais, gerando iniquidades na apropriação dos custos e benefícios da atividade. Nesse caso, os custos passariam a ser transferidos para toda a sociedade e os benefícios ficariam concentrados na mão dos empreendedores, na maioria das vezes migrantes a procura dos diferentes tipos de retornos proporcionados pelo capital turístico. Apenas uma parcela pequena da receita gerada pela atividade voltaria para a localidade turística.

Figura 1.2: Desigualdade na atividade turística



O problema desse tipo de modelo de mercado turístico é a sua insustentabilidade ambiental e social do ponto de vista da população de baixa renda local. São inúmeros impactos, que, por sua vez, comprometeriam a própria indústria do turismo, ou seja, concorreriam para o esgotamento dos diferentes estoques de capitais que possibilitam a construção do capital turístico. Diante dessa problemática é necessária uma mudança no conceito de turismo, ou melhor, trazer elemento sustentabilidade, uma vez que é premente a necessidade de um turismo que concilie preservação, uso racional dos capitais e benefícios sócio econômicos.

2. Turismo sustentável: um novo marco conceitual.

O turismo sustentável é aquele que maximiza o uso dos recursos, não comprometendo a cultura local e o meio ambiente, promovendo as infraestruturas demandadas pelo setor. Segundo a OMT, o turismo sustentável é “aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estética possam

ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.”

Entre o uso dos ativos ambientais, uma forma de garantir a sua sustentabilidade é a criação de áreas de preservação públicas e privadas, proteção da fauna e da flora. Quanto ao patrimônio físico, exige-se o respeito da capacidade de carga para o esgotamento sanitário, criação de comitês de bacias e a valorização da paisagem nas áreas públicas e nos empreendimentos em locais turísticos. Quanto ao capital social, a sustentabilidade deve proporcionar um aumento da oferta de água, saúde, segurança, promover as boas práticas de higiene e uma melhor qualidade de vida para a população local e o turista em geral. Em relação ao capital humano, se requer uma melhor capacitação das pessoas envolvidas nos serviços turísticos, investimento em comunicação (aprendizado de línguas estrangeiras) e ampliação da educação formal e ambiental.

No aspecto cultural, a sustentabilidade prioriza a valorização da cultura local, o reconhecimento da identidade cultural e a conservação do patrimônio histórico. Por último, a dimensão econômica da sustentabilidade é aquela que prioriza a geração de renda com ampliação de negócios locais, articulado com base em pequenos negócios e o aproveitamento da mão de obra nativa (guias turísticos locais, hospedagem, restaurantes típicos, artesanatos etc.).

O efeito de sazonalidade é minimizado através de soluções criativas de geração de emprego e renda, como a oferta de serviços para segmentos específicos fora de estação como, por exemplo, aposentados e utilização de elementos institucionais na demanda de trabalho como Banco de Horas e suspensão temporária do contrato de trabalho. E os produtos turísticos geradores de renda para as minorias e para a população nativa devem ser incentivados, combatendo a desigualdade gerada pela atividade, uma vez que os custos tendem a ser repassados para população local e os benefícios para os grandes empreendedores, em geral, a população de migrantes.

3. Turismo sustentável e alívio da pobreza (TS-AP).

Todas essas proposições de sustentabilidade no turismo concorrem para o alívio da pobreza, uma vez que favorece o acúmulo de capital nas suas diferentes modalidades. Ou melhor, alguns *outputs* de um programa de turismo sustentável, como a geração de emprego, a valorização da mão de obra local, dentre outros, comportam-se como *inputs* cujo objetivo é encontrar portas de saída da pobreza. Resumindo, o turismo sustentável exige uma discriminação positiva das classes sociais menos privilegiadas no processo de desenvolvimento do turismo.

Além dos impactos diretos e indiretos sobre a ocupação da população pertencentes às famílias pobres, outro efeito importante sobre a pobreza se dá pelas vias de maiores arrecadação tributária. É importante evitar excessos de renúncia fiscal redutora da capacidade de financiamento de ações sociais. A adoção de procedimentos tributários como Ecotaxa e a taxa de estadia pelo uso de território pode contribuir para harmonizar objetivos econômicos e sociais com as responsabilidades fiscal, cultural e ambiental desejadas.

4. Objetivo

O objetivo do estudo é avaliar os impactos sociais de programas de incentivo ao turismo em localidades selecionadas todas situadas no Nordeste brasileiro, conforme definição em conjunto com o Ministério,. A estratégia utilizada foi comparar os estoques de ativos dessas localidades, ou melhor, os rearranjos do capital nas suas diferentes modalidades (social, humano, físico, cultural, econômico e natural) à luz do programa de Turismo Sustentável e Alívio a Pobreza. (TS_AP), em cujo arcabouço conceitual nos baseamos. Para ser mais claro, comparamos o objeto de atuação de programas de apoio à atividade turística vis a vis outras regiões com potencial turístico que não foram objeto desta inversão pública.

Em particular, nessa primeira parte da pesquisa escolhemos fixar o arcabouço geral de análise e também tratar do caso da cidade de Porto Seguro como piloto da metodologia utilizada para avaliação. A presente metodologia se baseia na comparação de performance, sendo o contraste entre localidades instrumento fundamental para identificação dos efeitos

do padrão de desenvolvimento assumido. Adicionalmente, a comparação se dá com destinos não turísticos da Região Nordeste brasileira, uma vez que se objetiva também avaliar a força ou impactos da atividade turística em geral, e não apenas a mensuração inequívoca de um programa específico de incentivo ao turismo sustentável.

Além de avaliar os estoques dos diferentes tipos de capital utilizados pela atividade turística, procurou-se avaliar também alguns impactos sociais resultantes dos *outputs* encontrados, como, por exemplo, a redução da desigualdade e da pobreza.

5. Fonte de dados e Metodologia

Conforme salientado, são inúmeras as variáveis passíveis de avaliação de impacto do turismo. Para algumas há dados municipais longitudinais, de no mínimo dois períodos, como é o caso dos microdados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 1996 e 2003 e da Pesquisa de Economia Informal (ECINF), todas do IBGE, e anuais, como exemplo, das Autorizações de Internação Hospitalares (AIH/DATASUS), o Registro Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) e a MUNC gestão pública (IBGE). Entretanto, outras pesquisas dispõem apenas de dados pontuais, como é o caso do suplemento ambiental da MUNC, somente disponível em 2003, e o PIB municipal, em 1999.

A ênfase da análise recai sobre o primeiro caso, ou seja, com os dados longitudinais, uma vez que comparamos a performance entre os municípios que sofreram a intervenção de algum programa de apoio ao turismo (grupos de tratamento) com outros turísticos que não foram objeto de intervenção (grupos de controle) durante o período de estudo, ou seja, antes e depois do programa supracitado. Apresentamos produtos mais amigáveis de natureza mais descritiva (por exemplo: qual foi a evolução do emprego formal entre 1995 e 2005 num determinado destino turístico, ou como lá evoluiu a taxa de pobreza enquanto insuficiência de renda da população nativa entre 1991 e 2000 segundo o Censo Demográfico).

Os resultados mais relevantes e que apontam para o impacto do programa turismo sustentável, baseiam-se na técnica de diferenças em diferenças, que comparam diferenciais

nas variáveis estudadas em áreas afetadas (no caso Porto Seguro) e áreas de controle, antes e após a implementação de projetos turísticos. Com esse estimador, as tendências de tempo comuns aos dois grupos são eliminadas e pode-se medir o verdadeiro impacto do projeto.

$$\text{Diferença em Diferença} = (\text{Porto 2000} - \text{Maragogi 2000}) - (\text{Porto 1991} - \text{Maragogi 1991})$$

As diferenças em diferenças são baseadas em regressões sem controles, mas variáveis interativas e regressões com controles. Avaliar as transformações sociais ocorridas nos destinos turísticos, a unidade de observação básica da pesquisa empírica, acreditamos que esta comparação enriqueça o entendimento mais geral dos impactos da atividade turística. Além da comparabilidade que permite identificar os efeitos, outra vantagem da abordagem utilizada é captar, de forma holística, os diversos aspectos associados (ou não) ao desenvolvimento local em áreas turísticas.

Já, para o grupo de variáveis retiradas das bases de dados pontuais, comparamos a presença de determinados atributos nos municípios selecionados em determinado ponto no tempo. Nesse caso, os resultados são apenas informativos, ou seja, não sugerem hipóteses etiológicas e nem a possibilidade de avaliação de programas turísticos, como o caso do TS_AP. Por outro lado, esse tipo de informação oferece um retrato do atual comprometimento dos municípios com algumas questões específicas, como é o caso da gestão de ativos ambientais e alguns bens culturais. Por exemplo, à partir do suplemento ambiental da MUNIC 2003, é possível comparar municípios (Porto Seguro X Controles) quanto à presença ou não de diferentes características, tais como: unidades de conservação, conselho do meio ambiente, impactos da atividade turística no meio ambiente, investimento em cultura, número de museus, cinemas, estabelecimentos gastronômicos etc.

Outra análise empregada nesse estudo diz respeito a um atributo demográfico, pois baseia-se na comparação da posse de ativos entre migrantes e nativos, com propósito de avaliar a desigualdade de capitais entre esses grupos populacionais. Conforme já comentado, a sustentabilidade no turismo requer a redução da desigualdade entre nativos e

migrantes, resultado da socialização dos custos privados em detrimento dos benefícios individuais.

Detalhamento da Estratégia

Como já foi mencionado, nosso objetivo é avaliar os impactos sociais de programas de incentivo ao turismo em localidades selecionadas definidas em conjunto com o Ministério, todas situadas no Nordeste brasileiro. O arcabouço conceitual por trás da análise será estendido a partir da análise conceitual do Turismo Sustentável como Estratégia de Alívio à Pobreza (TS_AP) desenvolvido anteriormente no âmbito de projeto para o Ministério sob os auspícios do Banco Mundial¹. Nesse sentido avaliamos os avanços sociais (pobreza, desigualdade, bem estar, migração, emprego, produção, entre outras) em localidades que foram objeto de atuação de programas de apoio a atividade turística vis a vis outras regiões com potencial turístico que não foram objeto desta inversão pública.

A presente metodologia se baseia na comparação de performance, sendo a comparabilidade entre localidades instrumento fundamental para identificação dos seus efeitos. A lista de municípios de tratamento e de controle e possíveis alterações de divisão municipal encontram-se abaixo:

Municípios a serem avaliados:

Grupos de Tratamento	Grupos de Controle
Porto Seguro (BA)	Jijoca de Jericoacara (CE)
Itacaré (BA)	Aracati (CE)
Maceió (AL)	Maragogi (AL)
Natal (RN)	Tibau do Sul Praia da Pipa (RN)
Parnaíba (PI)* ²	Barreirinha (MA)
Ipojuca (PE)	Fernando de Noronha (PE)

¹ Aperfeiçoamento dos programas regionais de desenvolvimento do turismo, visando a contribuição ao alívio da pobreza (TF054155).

² Após exercícios iniciais junto aos destinos turísticos em questão verificamos que a localidade denominada Parnaíba sofreu diferentes modificações em termos de divisão territorial entre os anos 1991 e 2000, dificultando assim a análise de impacto, já que com a

A avaliação de impactos de programas específicos, aqui proposta, baseia-se na comparação de performance entre os municípios que sofreram a intervenção de algum programa de apoio ao turismo (grupos de tratamento) com outros municípios que não foram objeto de intervenção (grupos de controle), na medida do possível de forma controlada por outras características como tamanho de cidade, ruralidade, características individuais da população etc..

As principais variáveis de impacto a serem estudadas a partir dos Censos de 2000 e de 1991 são:

- Acesso a serviços públicos (eletricidade, coleta de lixo, água e esgoto),
- Posse de ativos privados (casa própria),
- Acesso a bens duráveis (telefone fixo, celular, televisão, automóvel, ar-condicionado, entre outros)
- Educação
- Nível de renda (trabalho e outras fontes)
- Emprego e Informalidade
- Pobreza
- Desigualdade
- Fluxos migratórios

Esta comparação pode ser ampliada de forma a captar os impactos sociais da atividade turística *lato-senso* e não apenas de programas específicos de apoio a tais atividades. Nesse sentido, incorporamos na avaliação comparações com outras localidades de controle que não sejam turísticas, a fim de captar os efeitos relativos da atividade turística. Neste aspecto elegemos para cada caso um agregado de municípios não essencialmente turístico, sendo estes, na maioria das vezes o nível nacional e/ou nordestino Aracati. Outra proposta foi comparar com o conjunto da região nordeste sendo o objetivo maior do estudo avaliar as transformações sociais ocorridas nos destinos turísticos, a unidade de observação básica da pesquisa empírica. Acreditamos que esta comparação enriqueça o entendimento mais geral dos impactos da atividade turística. Além da junção de muitos municípios os indicadores estariam muito distantes da realidade inicialmente captada.

comparabilidade que permite identificar os efeitos, outra vantagem da abordagem utilizada é captar de forma holística diversos aspectos associados (ou não) ao desenvolvimento local em áreas turísticas.

Outra ampliação em relação à proposta inicial gerada, também inspirada em interações com a equipe do Ministério do Turismo, foi a de incorporar mais ?????? aspectos mais específicos da atividade turística. Ou seja, em muitos casos podemos analisar o crescimento absoluto e relativo (no tempo e em relação aos grupos de controle) da atividade econômica em geral dos destinos turísticos analisados, e das atividades turísticas locais em si. Obviamente, encontramos maior dificuldade de disponibilidade de dados para este nível mais profundo de especificidade local e setorial de análise. A fim de lidar com esta limitação estendemos o escopo geográfico da análise para o conjunto da região Nordeste em aspectos centrais do turismo. Neste caso, o centro da análise passa a ser o desempenho relativo de atividades turísticas vis a vis demais atividades na região Nordeste. Este “zoom para fora” é pertinente para evidenciar outros aspectos do turismo enquanto atividade com potencial de retorno social, uma vez que esta região foi o objeto de ação do Prodetur 1 a partir de 1995.

Dada as naturais limitações de disponibilidade de dados encontradas em qualquer área de estudo, nem sempre dispomos de acesso a microdados que permitam isolar determinadas características locais das demais. Como, por exemplo, ao analisarmos se o desempenho turístico de uma determinada atividade turística se deveu a características da população local - como um alto nível relativo de educação da população entre outras. Este tipo de análise permite isolar a importância de fatores potencialmente desenvolvedores da atividade turística social e ambientalmente sustentável, como políticas educacionais, entre outras. Nos casos em que não dispusemos de acesso a microdados abertos, optamos por analisar as informações secundárias disponíveis tais como, por exemplo:

- Geração de emprego formal (Nível e sazonalidade)
- Atividades Empresariais

- Diversos (Meio ambiente, Capital Social, Arrecadação Tributária, Ativos Culturais, Violência, Acidentes de Transito)

Dados de municípios pequenos em dois pontos no tempo também são limitados, e por isso, em diversos casos apresentamos alguns retratos isolados em um ponto no tempo, de algum aspecto considerado relevante ao projeto. Por exemplo, conseguimos acesso a dados sobre o número de estabelecimentos de atividades desenvolvidas pelo terceiro setor (ONGs, fundações, etc) abertas por segmentos de atuação (meio-ambiente, saúde, educação etc) apenas para 2002. Obviamente, gostaríamos de analisar a evolução relativa deste segmento – de preferência também controlada - ao longo do tempo, mas acreditamos que um retrato deste importante componente do capital social local é melhor do que nenhum.

No transcorrer da pesquisa acabamos por desenvolver sistema de informações geo-referenciados internas ao município como, por exemplo, ao abrirmos o município de Porto Seguro pelas áreas de Porto Seguro, Arraial de Ajuda, Trancoso, Caraívas, Vale Verde, Aeroporto - entre outros em aspectos como a localização de restaurantes, hotéis, pousadas, agências entre outros estabelecimentos turísticos formalmente estabelecidos. Conseguimos ainda oferecer mapas abertos por aglomerados de 400 domicílios, por exemplo na área de acesso à infra-estrutura de serviços públicos etc. Já no caso de variáveis do universo do censo conseguimos abrir a informação apenas para um ponto no tempo. Finalmente, estamos disponibilizando acesso no âmbito do projeto a fotografias aéreas e de satélites de uso livre para a visão aérea do município, em um ponto no tempo. Em todos os casos, e neste caso literalmente, preferimos um retrato a nenhum retrato.

6. Resultados

Os resultados, de forma geral, são apresentados segundo algumas variáveis auto-representativas de cada grupo de capital avaliado: social, humano, físico, econômico, cultural e natural. E, conforme já ressaltado, a diversidade de base de dados e de variáveis estudadas possibilitarão ou não avaliar os impactos específicos do programa de Turismo Sustentável e Alívio a Pobreza. Em alguns casos, somente serão avaliados: a posse de

ativos entre Porto Seguro e um município-controle numa data específica, o que impossibilita sugerir impactos provenientes de programas como o TS-AP. Entretanto, em geral, lançamos mão da técnica de diferenças em diferenças para captar potenciais benefícios desse programa.

Bibliografia

BNDES, “Investimento e Geração de Emprego: Uma Metodologia Aplicada aos Financiamentos do Sistema BNDES”, Estudos BNDES n. 22, 1992.

put Analysis: Commemorative Papers”, Oxford University Press, 1989. BOURDIEU, PIERRE. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1996c

BOURDIEU, P., 1980. “**Le capital social: Notas Provisórias**” in actes de la recherche in sciences sociales, n. 31, jan.

BOURGUIGNON, F. e FERREIRA F. H. G. "Understanding Inequality in Brazil: a conceptual overview". Departamento de Economia - Puc-Rio, texto para discussão, 434, 2000.

COLEMAN, J., 1988. **Social capital in creation of human capital**. American Journal of Sociology. (94): p. 95-121

DE SOTO, HERNANDO. O Mistério do Capital. Rio De Janeiro: Record, 2001.

EATON, B Curtis; EATON, Diane. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 606p. 1999.

FAUCHEUX, Sylvie; NOEL, Jean-François. **Économie des Ressources Naturelles et de l' Environnement**. Armand Colin Éditeur. 445 p. 1995.

Ferreira, F., Lanjouw, P. & Neri, Marcelo. A Robust Poverty Profile for Brazil Using Multiple Data Sources, in Revista Brasileira de Economia, Vol. 57 nº 2, pp. 59-92, Rio de Janeiro, Jan/Mar 2003.

FOLMER, Henk; GABEL, Landis H; OPSCHOOR, Hans. **Principles of Environmental and Resource Economics**. Edward Elgar Publishing. 545p.1995.

Harris, J.r. and Todaro, M. (1970): Migration, Unemployment and Development, American Economic Review, 60, pp.126-142.

Hirschman, A. O., “The Strategy of Economic Development”, Yale University Press, 1958.

MAS-COLELL, Andreu. **Microeconomic Theory**. New York: Oxford University. 988p. 1995.

Najberg, S., Vieira, S. P., “Modelos de Geração de Emprego Aplicado à Economia Brasileira - 1985/1995”, Textos para Discussão BNDES, n. 39, 1996. Morley, S. What Happened to the Rich and the Poor During the Post Reform Period, CEPAL, mimeo, 1999.

NERI, M. C. “Inclusão Digital e Redistribuição Privada” in Tecnologia da Informação e da Comunicação. Bayma, Fátima. Pearson Prentice Hall; Fundação Getúlio Vargas, 2005

Neri, Marcelo. O Mapa do Fim da Fome, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, IBRE, CPS, Julho 2001 (b).

_____. Mapa de Ativos: Combate Sustentável à Pobreza, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas/IBRE, CPS, Dezembro 2001.

_____. Gasto Público en Servicios Sociales Básicos en América Latina y el Caribe: Análisis desde la perspectiva de la Iniciativa 20/20. PNUD, CEPAL (Nações Unidas) e UNICEF, organizado por Enrique Ganuza, Arturo Leon e Pablo Sauma, Santiago, Chile, Outubro de 1999.

PEARCE, David. **The economic value of biodiversity**. The World Conservation Union. 225 p. 1994.

PEARCE, David; CROWARDS, Tom. **Assessing the health cost of particulate air pollution in the UK**. Londres: University College London: 1996, 27p. ários no Brasil”, Revista do BNDES, v. 2, n. 3, Junho 1995.

Robinson, S., “Multisectoral Models”, In: Chenery, H., Srinivasan, T. (org.), “Handbook of Development Economics”, North-Holland, 1989.

VISCUSI, W. Kip; VERNON, John; HARRINGTON, J. **Economics of regulation and antitrust**. 2ª Ed. Cambridge, Mass. : MIT Press, 1995.

WOOLDRIDGE, JEFFREY M. Introductory econometrics: a modern approach. Cincinnati: South-Western College Publishing, 2003.

YUNUS, MUHAMMAD. Banker to the Poor. Londres: Public Affairs, 1999.